

Diagnóstico da Bioeconomia no Estado do Acre: Perspectivas Estruturantes para o Desenvolvimento Sustentável

Análise Técnica dos Resultados do Diagnóstico da Bioeconomia do Estado do Acre – SEMA/AC

Contextualização

A bioeconomia emerge, nas últimas décadas, como um paradigma alternativo ao modelo econômico tradicional, representando uma mudança estrutural no uso de recursos naturais, em especial os de origem biológica, para impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável. No plano internacional, tal concepção está alinhada à consolidação da Economia Verde e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), ganhando força em documentos como a Estratégia da União Europeia para Bioeconomia (European Commission, 2018) e os compromissos assumidos na COP-15 da Convenção da Diversidade Biológica, culminando na adoção do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (CBD, 2022).

A bioeconomia, segundo a definição da OCDE (2009), compreende a utilização de recursos biológicos renováveis, processos biotecnológicos e inovação para a produção de bens e serviços sustentáveis. No contexto amazônico, essa abordagem adquire especificidade ao incorporar os saberes tradicionais e as formas de uso consuetudinário dos recursos naturais pelas populações locais (NOBRE et al., 2016).

Em termos globais, o valor da bioeconomia mundial foi estimado em cerca de US\$ 4 trilhões, de acordo com o Global Bioeconomy Summit Report (2020), demonstrando a crescente relevância desse setor diante dos desafios ambientais, como a mudança do clima, a perda de biodiversidade e a pressão sobre os ecossistemas naturais. A crescente demanda por soluções baseadas na natureza exige uma reorientação dos modelos produtivos para sistemas mais circulares e regenerativos, incorporando tecnologias de base biológica, valorização dos saberes tradicionais e inclusão socioproductiva.

No Brasil, a bioeconomia é tratada como vetor estratégico para a transição ecológica, com respaldo em dispositivos legais e políticas públicas como a Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (BRASIL, 2017). Em 2024, o país instituiu, por meio do Decreto nº 12.044, a Estratégia Nacional de Bioeconomia, definindo-a como modelo produtivo ancorado na justiça, na ética e na inclusão, promovendo geração de valor com base no uso sustentável da biodiversidade, integrando ciência, inovação e saberes tradicionais.

R. Benjamin Constant, 871-1075 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-160

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

O Estado do Acre, situado na região Norte do Brasil e inserido integralmente na Amazônia Legal e com mais de 84% de seu território coberto por florestas (PPCDQ-AC, 2024) possui uma história marcada por atividades extrativistas, especialmente voltadas à exploração do látex e da castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*). A partir da década de 1990, com o fortalecimento das agendas ambientais e a inserção de princípios do desenvolvimento sustentável, o Acre passou a estruturar políticas com base em sua rica biodiversidade e pluralidade sociocultural – que envolve povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares – o Acre desenvolveu instrumentos institucionais pioneiros que dialogam diretamente com os preceitos da bioeconomia.

Entre os principais marcos institucionais do Acre, destacam-se: a Lei de Recursos Genéticos (Lei Estadual nº 1.235/1997), o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE – edições de 2000, 2008 e 2023), o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (Lei nº 3.883/2021), o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA – 2010) e a Agenda Acre 10 Anos (2023), que orienta o desenvolvimento socioeconômico sustentável com base em cadeias da sociobiodiversidade e em ações de mitigação climática.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), conforme disposto na Lei Complementar nº 419/2022 e alterada pela Lei nº 4.167/2023, tem a competência de articular a política estadual de biodiversidade e recursos genéticos. A Portaria SEMA nº 108/2023 formalizou a estrutura do Departamento de Biodiversidade, incluindo a Divisão de Bioeconomia, que assume papel central na construção de um Plano Estadual de Bioeconomia. Tal plano visa à valorização de cadeias produtivas sustentáveis, à inclusão socioprodutiva, à conservação ambiental e ao fortalecimento da competitividade do Acre nos mercados nacionais e internacionais.

A bioeconomia no Acre deve, portanto, se estruturar com base em uma governança participativa e territorializada, integrando as diretrizes das Metas de Kunming-Montreal e os compromissos multilaterais assumidos pelo Brasil. A criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional, como mecanismo inicial de articulação, é essencial para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Bioeconomia, alinhado aos compromissos do Plano Plurianual 2024–2027 e ao Ecossistema de Inovação Ambiental e Adaptação Climática.

A consolidação da bioeconomia no Acre depende, ainda, da articulação entre ciência, políticas públicas, tecnologias sociais e instrumentos de fomento à produção sustentável. Isso inclui o mapeamento de cadeias prioritárias da sociobiodiversidade, a estruturação de mercados, o fortalecimento de sistemas de certificação e rastreabilidade, e a valorização dos conhecimentos tradicionais como ativos centrais na governança dos recursos naturais.

Introdução

O diagnóstico sobre a Bioeconomia no Estado do Acre, conduzido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), teve como objetivo compreender o panorama das instituições que atuam em

R. Benjamin Constant, 871-1075 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-160

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

diversas fases das cadeias produtivas relacionadas à bioeconomia. O levantamento de dados foi realizado por meio de um formulário estruturado, distribuído a instituições governamentais das três esferas (federal, estadual e municipal), ao setor privado, a organizações da sociedade civil e entidades do terceiro setor, o levantamento foi dividido em duas partes: a primeira dedicada à caracterização dos respondentes, e a segunda centrada nas informações técnicas sobre a atuação no campo da bioeconomia. Este levantamento teve como objetivo mapear os principais desafios, potencialidades e estratégias para a consolidação da bioeconomia acreana em consonância com as metas de sustentabilidade, inclusão social e desenvolvimento territorial.

Justificativa

A necessidade de um diagnóstico atualizado se justifica pela urgência de integração das políticas públicas com as agendas de bioeconomia nos âmbitos estadual e nacional. Em um cenário de mudanças climáticas, degradação ambiental e pressões sobre os recursos naturais, é imprescindível estruturar um modelo de desenvolvimento que promova a valorização dos recursos sociobiodiversos, a agregação de valor aos produtos da floresta e o fortalecimento da sociobioeconomia local (SILVA, L. V. N., 2020).

Importância do Diagnóstico para a Bioeconomia no Acre

O levantamento evidenciou a relevância de cadeias produtivas como a da castanha, do açaí (*Euterpe precatoria*), do mel de abelhas nativas, dos óleos vegetais (murumuru, buriti, copaíba e outras), bem como da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Tais cadeias apresentam elevado potencial de expansão e geração de renda, sobretudo quando articuladas a iniciativas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), assistência técnica e extensão rural, e fortalecimento institucional das organizações comunitárias (Viana, V., 2021).

O diagnóstico identificou uma distribuição significativa das atividades bioeconômicas nas regiões do Alto Acre e Juruá, com ênfase em municípios como Brasiléia, Cruzeiro do Sul e Tarauacá. Além disso, destacaram-se os entraves estruturantes – como escassez de financiamento, deficiência logística e escassez de marcos regulatórios específicos – que limitam a expansão da bioeconomia.

Análise

Perfil Sociodemográfico e Institucional dos Respondentes

O diagnóstico preliminar apresentado fornece subsídios relevantes para a compreensão do perfil sociotécnico dos atores envolvidos nas estratégias de bioeconomia no Estado do Acre. A caracterização dos respondentes revelou um panorama marcadamente plural, tanto em termos de diversidade étnico-racial quanto de qualificação técnica e inserção institucional. Tais elementos são fundamentais para a construção de políticas públicas interseccionais e integradas, conforme aponta

R. Benjamin Constant, 871-1075 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-160

a autora como Pauline Lisboa Abraão (2011), que destacam a importância de representatividade social nos processos decisórios relacionados à sustentabilidade e ao desenvolvimento territorial.

No recorte étnico-racial, observa-se que a maioria dos respondentes se autodeclara parda (52%), seguida por pessoas brancas (33%), pretas (10%) e indígenas (5%). Essa distribuição espelha a composição demográfica do Acre, onde a identidade parda representa um marcador de pertencimento histórico-cultural associado a processos de miscigenação e resistência (Munanga, 2004). A presença de pessoas indígenas entre os respondentes, ainda que em menor proporção, é significativa na medida em que reconhece a centralidade dos povos originários nos debates sobre a sociobiodiversidade e os saberes tradicionais — elementos-chave para uma abordagem genuinamente amazônica de bioeconomia (UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA (Org.), 2024)

Quanto à faixa etária, o predomínio de indivíduos entre 40 e 49 anos (52%) sugere a predominância de uma força de trabalho madura, com potencial acúmulo de experiência profissional e conhecimento tácito. Segundo estudos de Costa e Dagnino (2010), a incorporação de atores com trajetória consolidada nas dinâmicas institucionais tende a favorecer a apropriação crítica e criativa das tecnologias sociais, essenciais para a operacionalização de modelos de bioeconomia adaptados às realidades locais.

No tocante à identidade de gênero, a paridade entre mulheres goocis e homens cis (ambos com 48%) aponta para um equilíbrio na participação, aspecto que se alinha às diretrizes de equidade de gênero recomendadas em agendas internacionais de desenvolvimento sustentável (UN Women, 2024). A presença equilibrada de diferentes identidades de gênero na formulação e implementação de políticas públicas contribui para o fortalecimento da transversalidade e da justiça de gênero, conforme propõem Scott (2008) e Sardenberg (2009).

Outro ponto relevante refere-se à qualificação técnica dos respondentes. Observou-se um alto índice de escolaridade, com igual proporção de pessoas com ensino superior (24%), especialização (24%) e doutorado (24%). Esse perfil indica uma capacidade técnica-institucional robusta, condição imprescindível para a estruturação de estratégias complexas de bioeconomia que integrem ciência, tecnologia, inovação e saberes tradicionais. De acordo com Sachs (2002), o fortalecimento das capacidades humanas e institucionais é um dos pilares para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Finalmente, a diversidade institucional dos respondentes — abrangendo universidades, centros de pesquisa, secretarias estaduais e municipais, órgãos federais, empresas privadas, organizações do Sistema S, prefeituras e movimentos da sociedade civil — revela uma rede ampla e multifacetada de atores. Esse ecossistema institucional é coerente com a abordagem de governança multinível proposta por BICHIR (2018), que valoriza a ação coletiva e a corresponsabilidade como fundamentos para a gestão de bens comuns e recursos naturais.

Inserção Institucional nas Cadeias de Valor da Bioeconomia

A consolidação da bioeconomia amazônica requer a articulação de múltiplos fatores institucionais, territoriais e financeiros, conforme reconhecido pela Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024). No caso do Acre, os dados diagnósticos revelam um ambiente institucional dinâmico, embora ainda marcado por assimetrias territoriais, fragilidades estruturais e desafios operacionais que limitam o pleno desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade.

A análise da atuação institucional no campo da bioeconomia no Acre demonstra um cenário estratégico para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável baseado nos ativos naturais e socioculturais da região. O engajamento de 86% das instituições, direta ou indiretamente, nas cadeias de valor bioeconômicas, revela um ecossistema institucional propício à implantação da Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024), particularmente no que se refere à valorização da sociobiodiversidade amazônica.

As atividades desenvolvidas evidenciam a multiplicidade de papéis desempenhados pelas instituições, sendo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e as ações de formação, ensino e extensão universitária as mais citadas (ambas com 33%), indicam que o Acre possui capacidades científicas e educacionais importantes para sustentar a transição para uma bioeconomia baseada no conhecimento. Essa predominância destaca o alinhamento com o conceito de bioeconomia baseado no conhecimento científico e tecnológico, conforme defendido por autores como Bugge, Hansen e Klitkou (2016), que apontam a tríade ciência-tecnologia-inovação como eixo estruturante para a consolidação de sistemas bioeconômicos sustentáveis.

Instituições como a Universidade Federal do Acre (UFAC), a Embrapa Acre e os centros de pesquisa vinculados às políticas estaduais ambientais exercem papel central na geração de conhecimento aplicado à biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Além disso, a presença significativa de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (27%) e de atividades de representatividade comunitária e regulação (31%) reforça a transversalidade da bioeconomia, enquanto estratégia de desenvolvimento territorial integrada, sobretudo em contextos socioambientalmente sensíveis, como a Amazônia. A literatura reconhece que o fortalecimento das capacidades locais é um dos pilares para o êxito da bioeconomia inclusiva (Sachs et al., 2019; FAO, 2021).

No tocante às atividades produtivas, observa-se um predomínio da agricultura (50%) e do uso florestal não madeireiro (45%), seguidos pelo manejo florestal madeireiro (31%), confirma o perfil híbrido da bioeconomia acriana, que combina elementos da agroecologia com o extrativismo florestal sustentável. Esses dados são coerentes com a tipologia amazônica da bioeconomia, depende fortemente do manejo sustentável da biodiversidade local e da valorização dos conhecimentos tradicionais. Tal perfil reforça a importância de estratégias específicas para

bioeconomias de base sociobiodiversa, que diferem substancialmente dos modelos industriais centrados em biotecnologia de países do Norte Global.

A articulação entre governo e comunidade é essencial em territórios como o Acre, onde os povos indígenas, extrativistas e ribeirinhos desempenham papel ativo nas cadeias produtivas da castanha, do látex, dos óleos vegetais, da borracha nativa e de outros produtos florestais não madeireiros. O reconhecimento dessa diversidade de saberes e práticas é respaldado por estudos como o de Posey (1985) e Lopes *et al* (2023), que defendem o protagonismo das populações locais como eixo estruturante da bioeconomia amazônica.

Tal configuração está em consonância com as diretrizes da Economia Verde e da Economia da Floresta em Pé, modelos já incorporados em políticas públicas estaduais, como o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), criado pela Lei Estadual nº 2.308/2010.

As ações complementares, como apoio a serviços ambientais, licenciamento, controle ambiental e inovação tecnológica, somam-se à complexidade institucional e demonstram uma rede funcional diversificada. Esta complexidade institucional é essencial para o fomento de uma bioeconomia que seja não apenas economicamente viável, mas também socialmente inclusiva e ambientalmente regenerativa, como recomendam as diretrizes internacionais sobre o tema (European Commission, 2018; OECD, 2020).

Ressaltando que algumas atividades como o fomento (19%) e o financiamento (7%) ainda aparecem de forma tímida, sinalizando a necessidade de maior articulação entre os mecanismos de crédito, investimentos e os atores locais. O fortalecimento de instrumentos financeiros adaptados à realidade da floresta é apontado como desafio prioritário, sobretudo para garantir a escala e a sustentabilidade das cadeias bioeconômicas.

Dessa forma, a institucionalidade da bioeconomia no Acre demonstra um potencial robusto, mas ainda em consolidação. A sinergia entre os setores público, privado, acadêmico e comunitário, conforme preconiza a abordagem da quadrupla hélice (Carayannis & Campbell, 2009), será fundamental para a transição a um modelo que una conservação ambiental, inclusão socioprodutiva e inovação tecnológica.

Cadeias Produtivas e Biodiversidade Atendida

A bioeconomia amazônica, conforme delineada pela Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024), pressupõe o uso sustentável da biodiversidade em cadeias produtivas que integram inovação, inclusão social e conservação ambiental. No Acre, as instituições locais demonstram ampla atuação em cadeias produtivas fortemente baseadas em sistemas agroextrativistas e no

conhecimento tradicional associado, evidenciando uma trajetória consistente de valorização da floresta em pé.

Os dados levantados revelam uma diversidade expressiva de produtos e serviços ancorados tanto no extrativismo florestal quanto na agricultura familiar. Entre os produtos de maior relevância estão a castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*), mel de abelhas nativas, cacau nativo (*Theobroma cacao*), açaí (*Euterpe precatoria*) e óleos vegetais extraídos de espécies como buriti (*Mauritia flexuosa*), murumuru (*Astrocaryum* spp.) e copaíba (*Copaifera* spp.). Estes ativos fazem parte de cadeias com alto valor agregado, sendo reconhecidos em estudos como os de Campos et al. (2024) e Lopes *et al* (2023) como elementos estratégicos para uma bioeconomia de base florestal.

Adicionalmente, a presença de produtos como sementes florestais, farinha de mandioca, frutas nativas, pescado de água doce, cosméticos naturais, bioinsumos, fitoterápicos e artesanato tradicional revela a transversalidade das atividades econômicas em comunidades rurais e indígenas. Esses produtos representam não apenas fontes de renda, mas também estratégias de reprodução sociocultural, conforme argumentado por Marcovitch e Val (2024), que destacam o papel da bioeconomia como um vetor de fortalecimento de economias de base territorial.

A análise da biodiversidade manejada confirma a relevância de espécies de alto valor ecológico, econômico e simbólico, incluindo a abelha nativa (*Meliponini* spp.), a castanheira, a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o buriti (*Mauritia flexuosa*), o bambu nativo, o jatobá (*Hymenaea courbaril*), a mandioca (*Manihot esculenta*), a banana (*Musa* spp.) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*). Também há referência à fauna silvestre, como felinos amazônicos e quelônios, o que indica a necessidade de atenção especial a protocolos de uso sustentável e de monitoramento da fauna.

Em relação à comercialização, a presença de produtos destinados tanto ao mercado local quanto ao mercado externo demonstra a maturidade de algumas cadeias produtivas e o seu potencial de escalabilidade. Esse dado sugere a possibilidade de expansão das cadeias bioeconômicas acrianas para mercados de nicho, como os de produtos orgânicos, cosméticos naturais e ingredientes da sociobiodiversidade, setores em crescimento no contexto do mercado internacional (FAO, 2021; WWF, 2023).

Nesse contexto, o Acre apresenta uma bioeconomia multifuncional e biodiversa, que, segundo a tipologia proposta por Marcovitch e Val (2024), pode ser classificada como de "base territorial", fundamentada na valorização dos ativos naturais e culturais locais. Tais sistemas produtivos reforçam os princípios da economia regenerativa e da inovação social, exigindo políticas públicas adaptadas às especificidades regionais, especialmente no que tange ao acesso a mercados, certificações e financiamento adequado.

Apoio Financeiro e Parcerias

O financiamento da bioeconomia no Acre é proveniente de fontes plurais. A participação expressiva do governo federal (55%), do estadual (45%) e de instituições não governamentais (48%) sinaliza uma combinação de instrumentos de fomento tradicional e de cooperação internacional, com destaque para CNPq, FINEP, SUFRAMA, BNDES e Banco da Amazônia, além de agentes multilaterais como BID, KfW, PNUD e GEF. Esse modelo de financiamento está alinhado à abordagem proposta por THE NATURE CONSERVANCY (TNC) (2023), que defendem a construção de uma bioeconomia ancorada em redes de financiamento híbridas, capazes de internalizar riscos e promover inovação em contextos biodiversos e periféricos.

Paralelamente, 60% das instituições relataram parcerias em suas ações, nem sempre financeiras, mas com alto valor estratégico para articulação territorial, intercâmbio técnico e compartilhamento de infraestrutura. Conforme apontado por Carayannis & Campbell (2009) na teoria da “hélice quádrupla”, parcerias intersetoriais entre academia, setor produtivo, governo e sociedade civil são essenciais para a criação de ecossistemas de inovação territorializados.

Territorialidade e Alcance das Ações

O mapeamento territorial revela uma distribuição relativamente homogênea das ações bioeconômicas nas regionais do estado, com destaque para o Juruá e o Baixo Acre, ambos com 76% e 67% de representatividade. Municípios como Cruzeiro do Sul (62%), Rio Branco (52%) e Mâncio Lima (52%) apresentam forte presença institucional, reforçando sua posição como polos regionais de desenvolvimento bioeconômico. Por outro lado, localidades como Plácido de Castro (12%) e Porto Acre (19%) demonstram baixa cobertura, indicando a existência de “vazios institucionais” — conceito trabalhado por Abramovay (2012) para designar territórios com pouca inserção em políticas de inovação e sustentabilidade.

Essa assimetria territorial aponta para a necessidade de mecanismos de descentralização técnica e financeira, além de estratégias de desenvolvimento regional que priorizem infraestrutura e conectividade logística, elementos críticos para dinamizar cadeias produtivas em áreas isoladas da Amazônia (Melo et al., 2010).

Formação Comunitária e Estrutura Organizacional

A articulação com estruturas locais consolidadas aparece como uma das fortalezas institucionais do Acre. A maioria das ações ocorre por meio de organizações formais — 71% em associações e 51% em cooperativas — refletindo o protagonismo das formas de organização comunitária no fomento à

R. Benjamin Constant, 871-1075 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-160

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

bioeconomia inclusiva. Tal configuração está em consonância com os estudos de Sablayrolles et al. (2019), que apontam a relevância das redes comunitárias na governança dos recursos naturais e na agregação de valor à produção.

No entanto, 36% das instituições relataram não possuir setor específico para a bioeconomia, o que representa um entrave à especialização institucional e à integração entre políticas setoriais. A ausência de uma governança interna direcionada compromete a capacidade de planejamento estratégico e de captação de recursos, reforçando a necessidade de institucionalização transversal e intersetorial da bioeconomia nos órgãos públicos e nas entidades parceiras.

Desafios Identificados

O diagnóstico aponta uma série de entraves estruturais que dificultam o avanço das cadeias bioeconômicas no Estado. A insuficiência de equipes técnicas (60%) e a escassez de recursos financeiros (40%) lideram o conjunto de desafios, seguidos por problemas logísticos (40%), ausência de parcerias estratégicas (38%) e limitações tecnológicas (26%). Tais obstáculos refletem a necessidade de investimentos em capacitação profissional, infraestrutura de transporte, acesso à inovação e fortalecimento de redes colaborativas.

Além disso, 29% das instituições apontaram lacunas legislativas como um dos principais gargalos, sinalizando a urgência de atualização dos marcos normativos para garantir segurança jurídica, clareza regulatória e incentivos fiscais à bioeconomia (FAO, 2021). A criação de instrumentos legais mais adequados à realidade amazônica é fundamental para promover a rastreabilidade, certificação e inserção de produtos da sociobiodiversidade em mercados diferenciados, Marcovitch e Val (2024).

Recomendações

Para consolidar a bioeconomia no Acre, recomenda-se:

- **Fortalecer os mecanismos de fomento** às cadeias produtivas da sociobiodiversidade, por meio de programas de crédito orientado, editais públicos e parcerias com instituições de pesquisa (EMBRAPA, IFAC, UFAC);
- **Implementar uma política estadual de bioeconomia**, integrada ao zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e ao plano estadual de mudanças climáticas;
- **Investir em infraestrutura logística e digital**, de modo a integrar regiões produtivas ao mercado consumidor regional, nacional e internacional;

- **Promover capacitação técnica e gestão comunitária**, valorizando saberes tradicionais e a inclusão socioproductiva;
- **Estimular a pesquisa e publicação científica** sobre a bioeconomia amazônica, para qualificar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Considerações Finais

O diagnóstico evidencia um cenário promissor para o fortalecimento da bioeconomia no Acre, alicerçado na diversidade sociocultural dos atores, em uma base técnica qualificada e em uma ampla variedade de produtos e serviços oriundos da sociobiodiversidade amazônica. Contudo, para garantir sua consolidação como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, é imprescindível o fortalecimento da governança, o investimento em inovação e infraestrutura, além da ampliação de parcerias multissetoriais e da valorização dos saberes locais.

É válido ressaltar que a estruturação das cadeias produtivas, o fortalecimento das comunidades tradicionais e a integração entre conhecimento técnico-científico e saberes locais constituem os pilares para um modelo de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo regenerativo, inclusivo e competitivo. A bioeconomia, portanto, deve ser compreendida não apenas como um setor econômico, mas como uma estratégia territorial de transição para uma economia de baixo carbono.

Este panorama serve como subsídio para o aprimoramento das políticas públicas, a orientação de investimentos e o fomento de ações integradas que promovam justiça social, conservação ambiental e dinamização econômica no Estado do Acre.

A experiência do Acre demonstra avanços relevantes na institucionalização da bioeconomia, sobretudo pela diversidade de arranjos financeiros e pela capilaridade das ações em territórios-chave. No entanto, os dados revelam a necessidade de uma governança mais integrada e de políticas públicas que enfrentem as desigualdades territoriais e os entraves estruturais. O fortalecimento das capacidades locais e o investimento contínuo em ciência, tecnologia e inovação são indispensáveis para consolidar uma bioeconomia de base florestal, inclusiva e sustentável, conforme preconizado pelos principais marcos internacionais da agenda ambiental.

Luciana Cristina Rôla de Souza
Divisão de Bioeconomia - DIVBIO /SEMA
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
Portaria nº 125, de 11/05/2023

R. Benjamin Constant, 871-1075 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-160

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente